
Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quinta-feira

Carlos Alexandre de Souza Rocha, um dos emissários do doleiro Alberto Youssef, afirmou em delação premiada que pagou propinas aos senadores Aécio Neves (PSDB-MG), Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Os valores são R\$ 300 mil, R\$ 3 milhões e R\$ 200 mil, respectivamente. O acordo de delação de Carlos Rocha foi homologado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki. Os três parlamentares negam as acusações. As informações são do jornal **O Globo**.

Bom moço

Segundo a coluna *Painel*, da **Folha de S.Paulo**, além de conhecedor da história do Brasil, o ex-deputado federal pelo PP Pedro Corrêa tem bom coração. Veja conversa entre o ex-parlamentar e policiais federais:

PF — Desde quando o senhor tem conhecimento sobre esquemas de corrupção?

PC — Desde a época do Império, doutor!

PF — E o senhor tem dinheiro guardado?

PC — Não tenho mais dinheiro, doutor. Dei tudo o que tinha aos pobres.

Política x Justiça

O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela impugnou nesta quarta-feira (30/12) a eleição de três deputados da Mesa da Unidade Democrática, partido de oposição ao presidente Nicolás Maduro. A decisão trata do pleito parlamentar promovido no último dia 6 de dezembro e atende pedido feito pelo Partido Socialista Unido da Venezuela, legenda de Maduro, que também teve um candidato impugnado. As informações são da **Folha de S.Paulo**.

Proibido demitir

Nesta semana, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, estendeu, por decreto, o prazo de vigência da legislação que proíbe empresas de demitir funcionários até 2018. Segundo ele, a Lei de Inamovibilidade Laboral protegerá trabalhadores de um suposto plano opositor para aprovar leis que incentivem demissões e privatizações. As informações são da **Folha de S.Paulo**.

Lei da mídia

A Lei da Mídia argentina será alterada pela nova administração, capitaneada pelo presidente Mauricio Macri. O anúncio foi feito pelo chefe de gabinete da presidência, Marcos Peña, nesta quarta-feira (30/12). Com a mudança, serão permitidas a transferência e a venda de concessões de canais de TV. Segundo Peña, a regulação das TVs a cabo não será mais baseada na Lei de Mídia, mas pela Lei de Telecomunicações. As mudanças ocorrerão por meio de um Decreto de Necessidade e Urgência e serão validadas por uma comissão mista formada por integrantes da Câmara e do Senado. As informações são da **Folha de S.Paulo**.

Festas na cárcere

O colunista Ilimar Franco, do jornal **O Globo**, replicou a mensagem, divulgada pelo Superior Tribunal de Justiça no Twitter sobre um eventual indulto de Natal ao ex-ministro José Dirceu. No texto, é dito que, como o recesso do Judiciário só termina em fevereiro, o ex-ministro permanecerá na cadeia durante as festas de Natal e Ano-Novo. José Dirceu está preso por suposto envolvimento no esquema de desvios de verbas por meio de contratos da Petrobras com empreiteiras. O debate sobre a liberação de Dirceu se dá porque o ex-ministro foi condenado na Ação Penal 470 e já cumpriu parte da pena, o que permitiria sua liberação, mas foi novamente preso pelo envolvimento no esquema da estatal.

Prisão como espetáculo

Os deputados petistas Paulo Pimenta (RS) e Wadieh Damous (RJ) criticaram a mensagem que zombou do ex-ministro do José Dirceu e enviaram um ofício ao ministro do STJ Francisco Falcão solicitando a apuração do caso, a retirada da postagem e um pedido de desculpas. Falcão foi o responsável por negar o pedido de liberdade a Dirceu. Segundo mensagem dos parlamentares, “a divulgação [da mensagem] revela, ainda, o já conhecido uso da prisão como espetáculo”. O STJ não se pronunciou sobre o caso. As informações são do jornal **O Globo**.

Date Created

31/12/2015